



APIN

EMPRESA INTERMUNICIPAL DE
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA AS EQUIPAS OPERACIONAIS DA APIN, EIM, SA

CPG/40/2020

junho 2020

1 – CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 1ª – Objeto

1. O contrato a celebrar tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA AS EQUIPAS OPERACIONAIS DA APIN, EIM, SA"**
2. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008, o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos – CPV correspondente a esta aquisição é o seguinte: **44510000-8 Ferramentas**

Cláusula 2ª – Contrato

1. O contrato é constituído pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato integra ainda os elementos seguintes:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões ao Caderno de Encargos, identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelo adjudicatário sobre a sua proposta.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º, do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do art.º 101.º, do CCP.

Cláusula 3ª – Preço base

1. O preço base para efeito do presente procedimento é de € 60.000 (sessenta mil euros) para os 365 dias de contrato, ou até que se esgote o montante do preço contratual.

2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a APIN, EIM, SA. pagará ao Adjudicatário, o valor que resultar da multiplicação dos preços unitários constantes na proposta adjudicada pelas quantidades de bens efetivamente fornecidos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço constante das propostas não inclui IVA e deve ser indicado em euros, em algarismos, com o máximo de duas casas decimais.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os mais decompostos.
5. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas.

Cláusula 4ª – Prazo de execução do contrato

1. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento terá a duração de 365 dias, ou até que se esgote o montante do preço contratual.
2. A entrega dos bens deve ser efetuada, num prazo máximo de 5 dias úteis, contados após a receção do pedido de encomenda da entidade adjudicante.
3. A entrega dos bens deve ser realizada em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, tais como a garantia dos bens.

Cláusula 5ª – Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo das obrigações constantes no capítulo IV – Aquisição de bens móveis, do Título II – Contratos Administrativos em Especial, da Parte III – Regime Substantivo dos Contratos Administrativos, do C.C.P., o adjudicatário compromete-se a dar atendimento adequado à satisfação das necessidades do adjudicante, no que diz respeito ao

- fornecimento dos bens objeto do contrato que se encontram no âmbito deste procedimento.
2. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade própria das melhores práticas.
 3. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 6ª – Conformidade e garantia técnica

O adjudicatário fica sujeita às exigências, prazos de garantia e demais obrigações legais, aplicáveis no âmbito de um contrato de aquisição de bens móveis, nos termos do disposto no artigo 438.º do CCP, bem como de princípios e normas comunitários que também sejam aplicáveis ao fornecimento dos bens móveis.

Cláusula 7ª – Dever de Sigilo

1. O adjudicatário objeto do contrato deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que tenha conhecimento em virtude da execução do contrato.
2. A informação e documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento, que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação ou documentação que seja comprovadamente do domínio público ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei ou de processo judicial.

Cláusula 8ª – Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a

- título sancionatório, no caso do adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se violação grave o atraso no fornecimento dos bens objeto do contrato superior a 5 dias de calendário, sem que o mesmo tenha sido devidamente justificado e essa justificação aceite pela entidade adjudicante.

Cláusula 9ª – Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, com exceção da situação descrita no número anterior, em que poderá ser exercido mediante declaração ao contraente público, aplicando-se o disposto no n.º 4), do art.º 332.º, do CCP.

Cláusula 10ª – Resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 11ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual de qualquer das partes rege-se pelo disposto no CCP.

Cláusula 12ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas

devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, conforme disposto no CCP.

2. Qualquer alteração deve ser comunicada por escrito à outra parte.

Cláusula 13ª – Contagem de prazos

1. Os prazos previstos para a formação do contrato contam-se de acordo com o disposto no art.º 470.º do CCP.
2. Os prazos previstos para a execução do contrato contam-se de acordo com o disposto no art.º 471.º do CCP.

Cláusula 14ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

2 – CLÁUSULAS ESPECIAIS

Cláusula 15ª – Especificações técnicas

O adjudicatário fica obrigado a cumprir os seguintes requisitos:

- I. Responder a todos os itens solicitados, respeitando as características indicadas.
- II. Todas as ferramentas e equipamentos ligeiros a fornecer devem ser de marcas e modelos certificados com a legislação da UE aplicável.
- III. Na apresentação da proposta, para todas as ferramentas e equipamentos ligeiros propostos devem ser apresentados com os seguintes documentos:
 - a) Certificado de garantia;
 - b) Manuais de instalação, utilização e administração em Português;
 - c) Comprovativo de marcação CE;
 - d) Indicação da marca, modelo, características técnicas e origem do fabrico.
- IV. As Ferramentas e Equipamentos Ligeiros devem ser entregues nas seguintes condições:
 - a) Com certificado de garantia;
 - b) Com manuais de instalação, utilização em português;
 - c) Com a marcação CE;
 - d) Indicação do número de série, marca e origem do fabrico.
 - e) As embalagens dos produtos devem ser conservadas fechadas e seladas pelo contratante até à receção dos mesmos.
 - f) Os manuais referidos anteriormente podem ser disponibilizados em formato eletrónico, integrado no CD/DVD a fornecer, ou no download a efetuar.
 - g) Devem ser de marca e modelos reconhecidos no mercado europeu.
 - h) As Ferramentas e Equipamentos Ligeiros devem estar de acordo com as Normas e Legislação aplicável em vigor.

Cláusula 16ª – Quantidades estimadas

A indicação das ferramentas e equipamentos a fornecer, as quantidades previstas, assim como o espaço para colocação do respetivo preço unitário encontram-se discriminadas no ficheiro anexo com a designação:

“Anexo A – Mapa de quantidades”

O quadro abaixo serve de resumo ao **Anexo A**

Mapa de Quantidades e LPU

Art.	Descritivo	Unidade	quantidade	valor unitário	valor parcial
1					
1.1	Mala de ferramenta para OPA/Canalizador (conforme descrito em A. Mala OP-Canalizador)	un	24	0,00 €	0,00 €
1.2	Mala de ferramenta para Serralheiro mecânico (conforme descrito em B. Mala Serr-Mec)	un	4	0,00 €	0,00 €
1.3	Mala de ferramenta para eletricista (conforme descrito em C. Mala Eletricista)	un	5	0,00 €	0,00 €
1.4	Equipamentos ligeiros (conforme descrito em D. Equipamentos ligeiros-PO1 LSA)	un	1	0,00 €	0,00 €
VALOR TOTAL					0,00 €

Cláusula 17ª - Prazos e local de entrega

1. As entregas dos bens objeto do contrato serão feitas faseadamente, através de pedido de encomenda parciais da APIN, EIM, SA.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações dos Centros Operacionais da APIN, no prazo de 5 (cinco) dias uteis contados após a receção do pedido de encomenda da entidade adjudicante.
3. Os Centros Operacionais estão localizados nos 11 conselhos que integram a APIN: Os bens, objeto do presente procedimento, serão entregues nas instalações dos Centros Operacionais da APIN: Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis,

Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto de contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

Penela, 18 junho de 2020